

HABEAS CORPUS Nº 493.373 - SP (2019/0042349-2)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : ALANDESON DE JESUS VIDAL - SP168644
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DAVI TOMAZ DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DAVI TOMAZ DOS SANTOS, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Consta dos autos que o juízo das execuções indeferiu a retificação dos cálculos de execução da pena imposta ao paciente, considerando como data-base para nova progressão a data da decisão que concedeu a progressão ao regime semiaberto, e não aquela em que o reeducando preencheu, efetivamente, o lapso para a obtenção do benefício.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução penal, que foi improvido pelo Tribunal local.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, que o acórdão atacado afrontou a jurisprudência da Corte Suprema, segundo a qual a data-base para a progressão ao regime aberto deve ser aquela em que o reeducando implementou lapso temporal, independentemente da data da decisão que o promoveu ao regime intermediário.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja cassado o aresto vergastado, para que seja estabelecido como marco inicial para a progressão o regime aberto a data em que o requisito temporal foi implementado.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde a pretensão de retificação do cálculo das penas, considerando o termo inicial para cálculo do lapso temporal necessário para a progressão de regime o dia do efetivo preenchimento do requisito objetivo, é claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

